

# SBPC quer impedir evasão de cientistas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Urgente apoio político e financeiro por parte do governo às universidades foi o apelo feito ontem pela presidenta da 39ª reunião da SBPC, Maria Carolina Bori, para sustar a grande evasão de cientistas e pesquisadores das universidades brasileiras para a iniciativa privada.

O professor José Albertino Rodrigues, vice-presidente da SBPC, também denunciou a grande redução de gastos com pesquisa básica no País, pedindo prioridade a este ramo como ponto de partida para a independência tecnológica brasileira. Ele ressaltou a importância do papel político da ciência e tecnologia, no simpósio "Ciências e Constituinte". Defendeu uma política econômica e financeira estável como indispensável para uma definição também da política tecnológica no País. A presidenta da SBPC revelou que a comissão da sociedade científica já solicitou a manutenção de pelo menos 8 mil bolsas de estudos para o Exterior, que ela considera incompletas se não houver um plano nacional para aproveitamento destes profissionais no País.

## CONSTITUINTE

Um documento manifestando a preocupação dos cientistas em manter na nova Constituição as propostas apresentadas pela SBPC na fase das subcomissões será divulgado amanhã e entregue sexta-feira ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Com o mesmo propósito, o sena-

dor Fernando Henrique Cardoso e os deputados Florestan Fernandes, Gabriel Guerreiro, José Carlos Saboya, Moema São Thiago e Otávio Eliseo Alves de Brito foram convidados a participar hoje pela manhã do debate "Os cientistas na Constituinte". Segundo a presidenta do encontro, muita coisa foi desvirtuada e suprimida entre a fase das subcomissões e o atual texto do anteprojeto de Constituição em temas de abrangência nacional. Manter a redação original das propostas apresentadas pela SBPC, conforme destacou a presidenta do encontro, é um dos principais objetivos dos cientistas e pesquisadores, que neste sentido apresentarão suas emendas ao anteprojeto de Constituição através do deputado Florestan Fernandes e outros parlamentares identificados com os interesses da classe. Além disso, a SBPC está colhendo assinaturas para apresentação de emendas populares abrangendo 12 propostas.

No capítulo específico do meio ambiente a SBPC colheu até ontem 55 mil assinaturas apoiando a emenda popular que proíbe a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no País — cujo artigo foi excluído do atual texto constitucional. E subscreveu outra emenda popular tornando mais explícito o direito das populações indígenas como cidadãos brasileiros.

As 12 propostas de emendas populares que contam com o apoio da SBPC são as seguintes: direitos dos índios, contra voto distrital, a favor da reforma urbana, desvinculação da aviação civil do Ministério Militar,

contra a interferência dos militares na política nacional, a favor da reforma agrária, a favor do ensino público e gratuito, contra a bomba nuclear, a favor dos investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia e comunicação num mínimo de 2% do PIB, suspensão do pagamento da dívida externa, inclusão na Constituição de garantias à arte, e democratização dos meios de comunicação.

## MEIO AMBIENTE

O Banco Mundial poderá suspender nos próximos dias os contratos de financiamentos das obras da BR-364 (Cuiabá-Rio Branco) porque o governo não cumpre as cláusulas de preservação ambiental. A advertência é, da ecóloga Maria Helena Alegretti, que classificou de "vergonha Nacional" o fato de serem os bancos de desenvolvimento estrangeiros os únicos mecanismos existentes no País, preocupados com a preservação do meio ambiente.

Os empreendimentos que por sua dimensão e volume interferem no ambiente, na estrutura fundiária e na recomposição espacial da demografia, conforme as conseqüências sociais, foram listados pelo geógrafo da USP Aziz Ab'Saber no mesmo debate. São eles: projetos de barragens hidroelétricas, novas cidades como Marabá, distritos industriais, grandes eixos viários e ferrovias. Aziz Ab'Saber atacou o projeto da Ferrovia Norte-Sul, "porque ela não beneficia o Norte, captura a economia de Carajás e não é boa para o Maranhão".



José Albertino Rodrigues (à direita) denuncia a redução de gastos com a pesquisa

Marcos Henrique/Anda